

CLEYDE R. AMORIM

OS “IMPACTOS PRELIMINARES” NO SÍTIO KALUNGA

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum
de Pesquisa 11: “Etnografia e o Papel do
Antropólogo Frente aos Projetos de Grandes
Impactos Sociocultural e Ambiental”.

BRASÍLIA

Julho de 2000

Muito do que se tem discutido acerca do impacto ambiental que a construção de grandes obras causa no meio rural brasileiro, bem como do impacto sócio-cultural sobre as populações que são freqüentemente desalojadas, parte das conseqüências mais visíveis desse desalojamento: a desterritorialização e a conseqüente desarticulação social e cultural. É importante que se atente para o que acontece a partir de um momento bem anterior: o que anuncia os grandes empreendimentos para as áreas em que vivem tais populações. Quando se inicia, na região atingida, a cogitação sobre a construção do grande empreendimento, além de uma rápida valorização das terras futuramente beneficiadas pela obra e da especulação imobiliária que se segue, entra em cena o pânico entre as populações ameaçadas.

O questionamento sobre a propriedade das terras traz à luz a imensa contradição entre o direito consuetudinário, legítimo e o direito legal. Aquele que ali vivia nas terras que recebeu de sua família, longe do centro urbano e dirigia suas preocupações a problemas como a falta ou excesso de chuvas, as geadas, pragas e bichos que estragam sua plantação, passa a ser questionado sobre registro de escrituras, testamento, formal de partilha, documentos pessoais e outras tantas coisas das quais ele terá que descobrir os significados. Inicia-se uma fase de busca por alguém ou alguma instituição que possa traduzir essas novas necessidades e auxiliar na tomada de providências. Enquanto esta fase não se inicia, a população fica ao sabor das intervenções dos dirigentes do município, os quais falam em nome dela e, freqüentemente, agem em seu próprio benefício.

Sem a preocupação de fornecer informações técnicas sobre o projeto de uma usina hidroelétrica de FURNAS no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK, A UH Foz do Bezerra (e a UH Boa Vista como segunda alternativa) e, tendo em conta a fase dos chamados “estudos preliminares” (ou, de viabilidade) da estatal na região, apresenta-se um pouco da observação sobre o que ocorreu no primeiro momento de impacto do empreendimento e os desdobramentos que estes tiveram junto à população local.

A terra é, para os moradores do Sítio Histórico, a principal referência histórico-espacial, é seu território, o local de origem, a mãe e mantenedora de todos os que ali vivem e dos ancestrais que já se foram. É o local de moradia, de trabalho, de convívio com os parentes, com os iguais de seu e de outros agrupamentos que compõem o Sítio. Determinados lugares desse território são intocáveis outros são sagrados, lugares de culto aos Santos de devoção, das festas religiosas onde, ritualmente, coroa-se o Imperador e a Rainha. Nesses lugares sagrados, onde anualmente se

reúnem centenas de pessoas, a identidade étnica e cultural é reafirmada. Essa terra/território não é só agrícola, pastoril, ela é essencialmente simbólica. Histórias de vida estão impressas nos caminhos, nas fendas das pedras, em ruínas de casas, em roças que já se transformaram em mata nativa, nos ecos que vêm das serras. O território é pensado enquanto um dos componentes do grupo, que não existiria fora dele. Estão secularmente imbricados, têm uma ligação simbiótica, pulsam juntos. Como imaginar a possibilidade desta ruptura sem apreensão, sem pânico?

“...esse lugar, essa terra, é nossa mãe, e nós somos os filhos dela. Nós não podemos viver sem ela, como um filho não pode viver sem a mãe. Se a gente fica sem ela, o que nós vai fazer? quem vai pegar esse menino?”

(trecho da fala de Manoel, morador do Sítio, ao engenheiro que representava FURNAS em reunião realizada no local, em julho/92.)

Toda essa concepção do território enquanto parte integrante do grupo é colocada em questão quando se aventa o alagamento do território e a transferência dos moradores para outra região, a partir da chegada dos primeiros técnicos e operários de Furnas para a feitura dos tais “estudos preliminares”, segundo os moradores, em 1988.

Tal fato ocorreu principalmente pela falta absoluta de esclarecimentos e explicações mínimas e adequadas acerca do trabalho iniciado pelos operários, sem a devida autorização dos moradores, que foram ignorados nessa fase inicial do processo. Pelo contrário, as falas dos operários transmitiam fatalismo, levando os moradores à angústia e até ao pânico. Tais falas argumentavam que seria construída ali uma barragem que, no caso da UH Foz do Bezerra, alagaria cerca de 80% da área, justamente as áreas baixas, onde as pessoas vivem, plantam, pescam, etc. Falavam também que os moradores atingidos, à exemplo do que se fez em outras barragens já construídas pela empresa, seriam transferidos para novos locais de moradia, ainda a serem escolhidos, longe dali.

Em função dessa nova situação social e política que se apresentou, repentinamente, aos moradores do Sítio, estes se mobilizaram junto a pessoas e organizações “de fora” com as quais estavam em contato, e que não tinham ligações com as administrações dos municípios próximos. Em função dessa mobilização, realizaram-se, entre outras coisas, três grandes reuniões envolvendo a empresa FURNAS, chamada a prestar informações sobre o empreendimento:

- a primeira, em 1988, em Goiânia, intitulada “Barragem ou Não Barragem”. Promovida pelo Projeto Kalunga - Povo da Terra (ligado à Universidade Federal de Goiás), com o apoio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura - IBCEC, instância da UNESCO;

-Uma segunda, intitulada “Seminário Fala Calunga”, realizada pelo Comitê Calunga (constituído basicamente por militantes do movimento negro), com o apoio da Secretaria Estadual de Minas e Energia e da própria empresa FURNAS, em janeiro de 1990, em Goiânia; Nesta reunião houve a participação de técnicos da Estatal, de diversas pessoas que estiveram ou trabalharam na comunidade. A reunião foi marcada por discussões acaloradas, pequena participação dos moradores do Sítio e explicações demasiadamente técnicas do empreendimento que não colaboraram muito para o entendimento da questão. Um jornalista presente ressaltou o “terrorismo da informação”, e a pressão psicológica causada pela falta de informações da Estatal;

- Uma terceira, em 1992, articulada pelo Projeto Kalunga - Povo da Terra, dessa vez no Sítio Histórico e com maior participação da população local, onde estiveram, além dos técnicos de FURNAS, uma representante da Procuradoria Geral da República e outro da Fundação Cultural Palmares. Esta reunião durou quatro dias e foi realizada em três diferentes lugares dentro do Sítio: Funil, Ribeirão e Ema. No Funil, reunindo os agrupamentos de Riachão, Contenda, Sucuriú, São Pedro/Barra do Bezerra, Tinguissal, Faina, e os moradores do próprio Funil, local onde instalou-se o segundo acampamento da empresa; no Ribeirão dos Bois, reunindo agrupamentos do município de Terezina. Nessas reuniões compareceram moradores de todos os agrupamentos que seriam atingidos pela barragem.

Nestas, e em outras reuniões, a apreensão foi uma marca bem presente por parte dos “Kalunga”. E, no que pese moradores do Sítio terem participado destas e de outras reuniões, a mais expressiva foi a de 1992, pois possibilitou a maior participação dos ameaçados. Selou também, com o registro em cartório, a introdução de uma mudança na organização social e política dos agrupamentos: a Associação Povo da Terra.

Se a ameaça da barragem causou tensão, pânico e até desespero por parte de alguns moradores que se manifestavam nas reuniões, mas também maior visibilidade na imprensa regional e nacional, por outro lado levou ao processo de mobilização e à articulação dessa nova instância de organização política para fazer frente às demandas da sociedade envolvente. Há de se considerar que, no mesmo período, agudizou-se a grilagem de terras naquele território, principalmente na parte do

município de Terezina, onde a violência expulsou diversas famílias que moravam próximas à estrada asfaltada.

Tais reuniões foram marcadas pela polifonia e o distanciamento cultural existente entre os moradores e os “de fora”, principalmente os técnicos de Furnas. Estes tentavam, em vão, explicar os procedimentos técnicos e as “vantagens” do empreendimento para a região e para a comunidade.

É difícil de avaliar o que era mais incompreensível para a população, se o discurso extremamente técnico que o engenheiro fazia sobre as obras ou se o discurso ideológico sobre a inevitabilidade e as benesses do “progresso” e da tecnologia. Tais benesses resultariam no que os kalunga entendiam como uma grande tragédia: o alagamento do lugar onde vivem e viveram desde um passado remoto, de um lugar que lhes dá origem e identidade, que se confunde com eles, e longe do qual nunca se imaginaram enquanto grupo.

Nas comunidades negras rurais que margeiam o rio Ribeira de Iguape, em São Paulo, a ameaça de construção de uma barragem também vem, por vários anos, causando a intranquilidade entre os moradores e também contribuiu fortemente para aumentar a tensão existente entre as comunidades negras e a população das cidades próximas. Estas últimas já seduzidas pelo discurso do progresso e de uma possível extinção das enchentes que têm causado grandes danos a algumas das cidades na região, como Eldorado, Sete Barras e Iporanga. No Vale do Ribeira a ameaça da construção da barragem e os tais “estudos preliminares” provocaram uma maior articulação política entre as comunidades atingidas, e destas com outras também ameaçadas por barragens, que compõem o Movimento dos Ameaçados por Barragens - MOAB. Possibilitaram também que as comunidades negras ribeirinhas, auxiliadas pela Igreja, que tem missionários no local, procurassem o Ministério Público para fazer cumprir o art. 68 da ADCT, acionando as instituições governamentais responsáveis pela regularização fundiária. A entrada do Ministério público no caso das Comunidades do Vale do Ribeira, resultou de um laudo antropológico (1998, não publicado), que forneceu subsídios para que o Instituto de Terras de São Paulo constituísse os processos de regularização fundiária, ainda em andamento. Serviu também para que o Instituto solicitasse, aos órgãos públicos responsáveis pelo meio ambiente, a desafetação dos parques e áreas de proteção ambiental justapostos aos territórios das comunidades. A participação nesse processo, organizando Relatórios Técnico-Científicos, a partir do Laudo do MP e dos trabalhos técnicos no Instituto, possibilitou a observação, entre as comunidades negras na região, de uma certa

consciência latente sobre a inevitabilidade da grande obra no histórico rio Ribeira de Iguape.

Voltando aos moradores do SHPCK, constatou-se que tal população tinha, antes das ameaças ao território pela barragem e pela grilagem das terras, uma articulação política com a sociedade envolvente bem menor do que as comunidades do Vale do Ribeira. Em função desses processos ocorreram transformações muito mais abruptas na organização social dos “Kalunga”: favoráveis, no que se refere ao reconhecimento do território como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, confusas, no que se refere à organização e funcionamento da Associação dos moradores e também nos desdobramentos das negociações entre os “novos” representantes apresentados pela Associação e as instituições governamentais que atuam na região.

Um outro aspecto a ser observado é a dificuldade que as comunidades negras rurais têm em relação à mobilização da opinião pública, principalmente através da imprensa. O que, se levado a cabo poderia promover a aceleração do processo de reconhecimento do território como terras de remanescentes de comunidades de quilombos, e a respectiva titulação das terras, munindo-as de um forte recurso para manter-se em seus territórios respectivos, onde considerou-se haver um patrimônio histórico e cultural, conforme a lei que regulamenta a existência do Kalunga. Se, em termos de articulação política e jurídica para o reconhecimento como “remanescentes de quilombos” os “Kalunga” saíram na frente, com uma lei estadual que cria o Sítio Histórico, na qual os limites estavam claramente apontados, por outro lado o reconhecimento estadual, e posteriormente federal, não lhes proporcionou, até o momento, a propriedade definitiva das terras, a titulação, conforme reza nossa Carta Magna.

Bibliografia

- ALBERT, Bruce. La Fumée du Metal. Histoire et représentations du contact chez les Yanomami (Brésil). In: L'Homme 106-107, XXVIII (2-3). France: Europeriodiques, avril-sept. 1988. pp.87-119.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. "Kalunga: Sagrada Terra" in O'Dwyer, Eliane C. (Org). Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras Negras: invisibilidade expropriadora. In: Textos e Debates, ano 1, nº 2. Santa Catarina: UFSC/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, 1991.
- CARRIL, L. F. B. Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. Dissertação, São Paulo, FFLCH/USP, 1995.
- CLEVELÁRIO JÚNIOR, Judicael. As várzeas e o conflito de uso das terras entre o setor elétrico, a preservação do meio-ambiente e as populações tradicionais. In: Política Energética, Regulamentação e Desenvolvimento sustentável. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro: SBPE; COPPE/UFRJ e Clube de Engenharia, 1999.
- GUSMÃO, Neusa M. M. de. Terras de Uso Comum: oralidade e escrita em confronto. in: Revista Afro-Ásia, nº16. Salvador:CEAO/EDUFBA, 1995(a).
- LEITE, Ilka B. Território Negro em Área Rural e Urbana - algumas questões. In: Textos e Debates, Ano 1, nº 2. Santa Catarina: UFSC/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. 1991.
- La ROVERE, Emílio L. O Processo de Avaliação de Impactos Ambientais e a Geração de Energia Hidroelétrica no Brasil.in: MAILMON, D. (Coord.). Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- SAHLINS, M. Historical metaphor and mythical realities. Michigan: University of Michigan, 1981.